Pública posteriormente ajuizada, conforme Súmula nº 003/211-CSMP.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.4. Processo 000097-913/2015

Requerente: S. F.S.

Requerido: M. L. P. S.

Origem: 13º PJ de Marabá

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade vivenciada por idosa, portadora de necessidades especiais.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que o órgão ministerial empreendeu sucessivas diligências, tanto de matéria cível quanto criminal, vindo, finalmente, a tomar conhecimento do óbito da idosa, mas determinou a continuação das investigações para apurar eventual omissão por parte da curadora.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.5. Processo 000120-151/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Hospital Beneficente Portuguesa - D. Luis I

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar informação de que o Hospital Beneficente Portuguesa - Dom Luis I, cadastrado no SUS para a realização de 05 exames de Arteriografia por mês, não os estaria realizando, sob a justificativa de que o custo operacional não cobriria as despesas e apurar ainda denúncia de que o Hospital Ophir Loyola, também credenciado pelo SUS, não estaria realizando tal exame por estar com o equipamento com defeito.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o órgão ministerial empreendeu sucessivas diligências, visando a regularização da realização dos exames de arteriografia, pelos hospitais cadastrados junto ao SUS, obtendo êxito, conforme se verificou da documentação acostada aos autos, inclusive pela SESMA, pela qual constatou-se que os referidos hospitais vem cumprimento o contratado com aquela secretaria, no que diz respeito aos exames de arteriografia, inclusive com o conserto da máquina de hemodinâmica do Hospital Ophir Loyola.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.6. Processo 000103-151/2015

Requerente: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social

Requerido: Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao repasse de verbas à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), no exercício de 2012.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU e NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, devendo os autos serem devolvidos à Promotoria de Origem, para efeito de arquivamento, uma vez que não há necessidade de homologação por parte deste Egrégio Conselho Superior de arquivamento de mera notícia de fato.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.7. Processo 000100-113/2014

Requerente: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Requerido: Paulo Magno Gonçalves Matos

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na execução de obra em propriedade localizada no centro histórico de Belém sem prévia autorização da FUMBEL.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, CONHECEU e deu PROVIMENTO ao Pedido de Revisão, posto não ter sido concluído o feito e INDICOU a Exma. Promotora de Justiça Ângela Maria Balieiro Queiroz, para atuar no feito, devendo os autos serem encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do parágrafo único do art. 57, da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.8. Processo 000041-012/2015

Requerentes: Ministério Público de Ananindeua - Tribunal de Contas dos Municípios -TCM

Requeridos: Prefeitura Municipal de Ananindeua, Clube das Mães "Unidos Venceremos" do Parque Laranjeiras e Felicidade Pantoja Sodré (Representante)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar desaprovação das Contas Tomadas no convênio nº 008/2005 - Projeto Arte-Cultura e Cidadania.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU e NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, devendo os autos serem devolvidos à Promotoria de Origem, para efeito de arquivamento, uma vez que não há necessidade de homologação por parte deste Egrégio Conselho Superior de arquivamento de mera notícia de fato.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.9. Processo 001388-116/2013

Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará-SINDPOL

Requerido: Rilmar Firmino de Sousa

Origem: 5ª Promotoria de Justiça Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível ato de Improbidade Administrativa em face de descumprimento de Ordem Judicial.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que não se vislumbrou a prática de qualquer ato caracterizador de improbidade administrativa, por parte do Delegado Geral da Polícia Civil, ressaltando que para a incidência do art. 11, da Lei nº 8.429/92 haveria a necessidade de comprovação do dolo, o que não constatou no presente feito, restando prejudicada e impossível a proposição de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, concluindo-se que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto, ante inexistência de quaisquer indícios de ato de improbidade administrativa, que importem em prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito ou que violem os princípios da Administração, inexistindo motivos para a propositura de Ação Civil Pública.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.5.10. Processo 000041-113/2013

Requerente: Edilson Cruz Modesto - Representante dos moradores do Residencial José Homobono II

Requerido: Grupo Líder - César Augusto Nascimento Borges

Origem: 3ª Promotoria de Justiça Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar construção do Centro de Distribuição do Grupo Líder, na Av. Augusto Montenegro, km 6, bairro Tapanã, a qual causa transtornos aos Moradores do Residencial José Homobono II.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o órgão ministerial, após sucessivas diligências, inclusive com a formalização de um Acordo Extrajudicial, visando a regularização dos problemas constatados, obteve êxito, conforme verificou-se do Laudo de Vistoria Técnica do órgão ministerial acostado aos autos, pelo qual constatou-se o cumprimento de todas as cláusulas ajustadas no acordo extrajudicial.

Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

3. O que ocorrer

3.1. O Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho registrou elogio ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará, pelo convite realizado ao Professor da Universidade Federal, que ministrou palestra sobre ética jurídica. Disse que gostou muito da exposição daquele professor e que foi muito enriquecedor, pois apresentou um conhecimento de que a ética passa por vários valores da sociedade.

3.2. A Exma. Conselheira Secretária Rosa Maria Rodrigues Carvalho informou suas férias a partir do dia 04.07.2016 e que será substituída pela Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

Belém-PA, 30 de junho de 2016.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 980820

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20160209

ORIGEM: CONVITE Nº 1/2016-0011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA(O): EMPREITEIRA FERREIRA E VIEIRA LTDA

OBJETO: Prestação de serviços com reformas do Hospital Altair Ataíde Mateus, no Município de Abel Figueiredo, neste Estado, conforme convenio nº 41/2016-SEDOP.

VALOR TOTAL: R\$ 76.100,57 (setenta e seis mil, cem reais e cinquenta e sete centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 1201.103020010.2.045 Atendimento Médico e ambulatorial (Manutenção, Ampliação e Melhoramento), Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações, Subelemento 4.4.90.51.81, no valor de R\$ 76.100,57

VIGÊNCIA: 29 de Junho de 2016 a 30 de Dezembro de 2016

DATA DA ASSINATURA: 29 de Junho de 2016

Protocolo 980970

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20160210

ORIGEM: CONVITE Nº 1/2016-0012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO

CONTRATADA(O): D G DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: Prestação de Serviços com construção de 1.201,00 metros de meio fio e sarjetas em vias urbanas no município de Abel Figueiredo neste estado conforme Convenio nº 40/2016-SEDOP.

VALOR TOTAL: R\$ 146.540,21 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e um centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 0701.154510007.2.024 Vias e Logradouro Urbanos (Manutenção e Ampliação), Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações, Subelemento 4.4.90.51.99, no valor de R\$ 146.540,21

VIGÊNCIA: 29 de Junho de 2016 a 30 de Dezembro de 2016

DATA DA ASSINATURA: 29 de Junho de 2016

Protocolo 980971

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20160211

ORIGEM: CONVITE Nº 1/2016-0013

CONTRATANTE: FUNDO DE DESENVOLV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

CONTRATADA(O): D G DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: Prestação de Serviços com Construção de Muro e Fossa com Sumidouro e Filtro da Escola Morumbi.

VALOR TOTAL: R\$ 125.719,11 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e dezenove reais e onze centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 1001.123610009.2.036 Unidades Escolares (Construção, Ampliações, Reformas e Manutenção), Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações, Subelemento 4.4.90.51.99, no valor de R\$ 125.719,11

VIGÊNCIA: 29 de Junho de 2016 a 30 de Dezembro de 2016

DATA DA ASSINATURA: 29 de Junho de 2016

Protocolo 980972

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

040/2016- SESAN/PMA

PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E

INFRAESTRUTURA E A IDS CONSTRUÇÃO CIVIL E RODOVIÁRIA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: serviço para execução do Projeto do sistema viário (Parque Sertanejo), referente a implantação